

A língua de resistência do quilombo raiz: O valorar da cultura e identidade local¹

Andreia Ferreira dos Santos (UFVJM/MG)

Marivaldo Aparecido Carvalho (UFVJM/MG)

Josélia Barroso Queiroz Lima (UFVJM/MG)

Resumo:

Esta comunicação tem como objetivo tecer algumas reflexões a partir de pesquisa de mestrado, que se encontra em fase de desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, na Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Nesta pesquisa, encontro-me em um duplo lugar, de pesquisadora e de jovem liderança que possui vínculos profundos com o meu território, mantendo laços sólidos com a cultura e a identidade quilombola, incluindo a tradição de apanhar flores sempre-vivas. Para além da questão do conhecimento linguístico, enquanto afirmação identitária e territorial, a pesquisa proporciona contribuições significativas quanto ao meu papel de pesquisadora envolvida com uma pesquisa em meu próprio território. É a partir deste contexto que buscarei refletir no presente artigo sobre as dificuldades que residem em adotar uma perspectiva externa à comunidade para compreender os aspectos internos a esta dinâmica; sobre como lidar com um sistema acadêmico no qual o comitê de ética em pesquisa (CEP) questiona o meu papel enquanto pesquisadora por encontrar-me profundamente imersa no meu território; dos desafios inerentes aos conflitos entre a prática de escrever e a vivência cotidiana, além de redefinir a compreensão do tempo entre ser pesquisadora e liderança comunitária.

Palavras-chave: relações culturais, linguagem, enraizamento e “escrevivência”.

¹Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024);

Figura nº 1 - Algumas mulheres artesãs juntas tecendo artesanato de capim dourado



Foto: Mariella Paulino; acervo do Quilombo

Introdução:

Eu nasci do casamento entre as comunidades de Raiz e Cubas. Raiz está localizada na zona rural do Município de Presidente Kubitschek, e Cubas localizada na zona rural de Datas, ambos municípios de Minas Gerais. Mas, desde os meus quatro anos de idade, eu resido em Raiz. Tive o privilégio de ser acolhida e amada pela minha avó paterna, e esse aconchego e acolhimento se estendem pela comunidade inteira; eu e meus irmãos éramos as únicas crianças dentro da comunidade. Não fui criada em um contexto tradicional de família formado por pai, mãe e filhos, e isso resultava em olhares diferentes dos parentes, principalmente sobre a dimensão do cuidado.

O Quilombo de Raiz, tem sua ocupação iniciada há mais de 150 anos, com o grupo familiar da família da minha bisavó “Mãe Véia”, a da minha trisavó Luzia Francisca. Porém, essa ocupação veio a ser consolidada quando “Mãe Véia” Maria Madalena e “Pai veio” Geraldo Ferreira saem do Quilombo do Espinho situado no Município de Gouveia-

MG e retorna ao território para iniciar a formação da comunidade na década de 1930. Eu sou da geração bisneta do casal e, desde 2014 quando decidi fazer parte das lutas dos movimentos sociais, me apropriei da minha identidade e entendi o porquê do meu enraizamento com o lugar onde vivo. Como é afirmado por Simone Weil (2001) “quem é desenraizado desenraiza”. O conceito de enraizamento representa a necessidade mais importante e, ao mesmo tempo, a mais confusa da alma humana, tornando-se assim uma tarefa árdua de ser definida. Para a autora, a verdadeira essência do enraizamento reside na participação autêntica, ativa e orgânica na vida de uma comunidade que preserva os legados do passado e que mantém perspectivas para o futuro. Afirma, ainda, que cada indivíduo necessita de diversos laços com suas origens e seu entorno. Weil (2001), enfatizava que o ambiente humano não deveria apenas receber influências externas como contribuições, mas sim como estímulos que intensificam a própria vida do indivíduo. Pois, como nos lembra Ecléa Bosi:

vínculo com o passado, que é vital, porque dele se extrai a seiva para a formação da identidade. Nesse sentido também está a noção de direito ao enraizamento, de Simone Weil, para quem este é um direito humano semelhante a outros direitos ligados à sobrevivência do homem (Bosi, 2012: 199).

A plena consciência desses termos (quilombola e apanhadora de flores-sempre vivas) só se manifestou quando minha comunidade confrontou a proibição do acesso ao território e a expansão da monocultura de eucalipto, impostas por fazendeiros, que alterou drasticamente a paisagem e destruiu as plantas nativas.

De acordo com Costa Filho e Mendes (2013), para os quilombolas o território:

Sempre implica dimensões simbólicas. Nele estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento locais, ou seja, não há comunidade tradicional que não conheça profundamente seu território. Com frequência, os territórios das comunidades dos quilombos ultrapassam as divisões político-administrativas (municípios, estados). [...] portanto, nesse contexto, é preciso considerar e respeitar a distribuição demográfica tradicional dessas comunidades, quaisquer sejam as unidades geopolíticas definidas pelo Estado (Costa Filho e Mendes, 2013, p. 10-11).

Compreender o significado de terra e território para o nosso modo de vida foi essencial para explicarmos, especialmente aos mais velhos, que o sentimento de luto que estávamos vivenciando pelas perdas territoriais era natural. A terra, que para o fazendeiro

tem valor comercial, para nós é questão de vida. Cada canto tem nome, é fonte de água, alimento, remédio e flores sempre vivas. E mesmo a terra permanecendo nas mãos do opressor, o sentimento de pertencimento nos motiva a buscar nossos direitos, que são assegurados nas leis, principalmente pela Constituição Federal de 1988, de acordo com Diniz et al. (2016), particularmente nos seus artigos 215, 216, 231, 232 e 68, este último do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

O artigo 215 determina que o Estado proteja as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras e as de outros grupos participantes do processo civilizacional brasileiro. Já o artigo 216 afirma constituírem-se patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Os artigos 231 e 232 definem direitos específicos aos povos indígenas. O artigo 68 do ADCT garante a regularização dos territórios quilombolas (Diniz et al. 2016).

A Constituição de 1988, assegura os direitos dos povos tradicionais por meio de seus artigos, destacando-se o artigo 68, que visa à regularização dos territórios das comunidades dos quilombos. Entretanto, a efetivação e garantia desse direito legal enfrenta obstáculos, uma vez que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), encarregado desse processo, alega falta de equipe para a elaboração do Relatório Antropológico e do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial (RTID), além da carência de recursos financeiros para a realização das desapropriações dos invasores.

Somos uma comunidade ativa e engajada em todas as atividades da Comissão em Defesa das Comunidades Extrativistas - CODECEX², colaborando estreitamente com a equipe técnica e parceiros. Ao longo do tempo, os esforços da nossa comunidade resultaram em conquistas notáveis, destacando-se o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares como Remanescente de Quilombo, em 2015. Em 2018, alcançamos outro marco importante ao sermos reconhecidos pelo estado de Minas Gerais como Apanhadores de Flores Sempre-Vivas por meio da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (Lei 21.147, de 14 de janeiro de 2014). Adicionalmente, participamos ativamente na elaboração do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e

² CODECEX: Comissão em Defesa das Comunidades Extrativista, que tem desempenhado um papel importante para fortalecimento das comunidades Quilombolas e Apanhadores de Flores Sempre Vivas da Serra do Espinhaço.

Informada, uma ferramenta crucial para assegurar nossos direitos. O reconhecimento pela ONU, em 2020, como o primeiro Patrimônio Agrícola Mundial Brasileiro destaca a importância global das práticas agrícolas sustentáveis e culturalmente ricas adotadas pelas nossas comunidades. Além disso, em 2023, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) reconheceu os Apanhadores de Flores Sempre Vivas como Patrimônio Imaterial do Estado de Minas Gerais, valorizando e preservando suas tradições únicas.

Atualmente estamos finalizando a construção do Protocolo de Bio Cultural, um documento que reflete nosso compromisso com a conservação ambiental e com as vivências e cultura do nosso quilombo. Reconhecemos que a documentação é essencial para fortalecer nossa posição e garantir que nossas práticas e tradições sejam respeitadas, também de maneira cientificamente fundamentada. Nosso envolvimento ativo nessas iniciativas demonstra nosso comprometimento contínuo com a defesa de nossos direitos e a promoção de práticas sustentáveis em nossa comunidade.

Esses reconhecimentos, principalmente o da FAO/ONU, possibilitou e facilitou as interlocuções com as esferas governamentais municipais, estaduais e federais. Recordo-me de em uma ocasião ter sido questionada sobre a quantidade de certificados e reconhecimentos. A visibilidade causa um estranhamento, pois por muitos anos a invisibilidade proporciona segurança à comunidade. Hoje, afirmar nossa existência é uma maneira de garantir a preservação de nosso modo de vida, incluindo a preservação de nossa língua.

Com o intuito de desvendar tanto a importância dessa língua quanto às estratégias utilizadas para a comunicação, quando apenas o próprio grupo a compreende, a pesquisa parte das práticas tradicionais dentro do contexto étnico. Busco, assim, entender como esse conhecimento tradicional de uma língua é transmitido ao longo das gerações através da oralidade, essa transmissão de saberes tradicionais, portanto, é inseparável da experiência vívida e criativa, sendo fundamental para a constituição da humanidade de seus detentores. Nesse contexto, o próprio conceito de saber implica algo intrínseco à pessoa, que só pode ser ensinado através da convivência e pertencimento entre as pessoas e com o mundo do qual ela está inserida. A importância da oralidade nesses contextos

tradicionais é o que mantem a transmissão do conhecimento e a cultura viva. Também pode-se compreender a tradição oral a partir da seguinte definição:

A tradição oral foi definida como um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra. Suas características particulares são o verbalismo e sua maneira de transmissão, na qual difere das fontes escritas. Devido à sua complexidade, não é fácil encontrar uma definição para tradição oral que dê conta de todos os seus aspectos. Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais [...]. A oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade (VANSINA, 2010, p. 139-140).

Além disso, a tradição oral é um processo que contribui para a formação da identidade humana, comunitária e coletiva. Através desses processos educativos, que equilibram a resistência e a transformação, os valores ancestrais são preservados e mantidos vivos. Dentre todos os conhecimentos presentes no Quilombo de Raiz, a língua é transmitida de geração em geração através da oralidade, a qual representa uma forma de comunicação como elemento de tradição e resistência, em um contexto de ancestralidade e de saberes amplamente empregados por africanos e povos tradicionais, onde a língua vem sendo mantida por todo o coletivo, e usada como elemento de luta durante as relações diárias, principalmente com o externo.

A relevância acadêmica desta pesquisa não se limita apenas a preencher uma lacuna significativa no conhecimento acadêmico, mas também possui implicações culturais, linguísticas e sociais de grande importância, capazes de contribuir para o fortalecimento da identidade cultural dos sujeitos envolvidos.

Entre a escrita, a liderança e o ser mãe:

A busca pelo conhecimento se relaciona com a importância de assumir esta postura, de ocupar outras esferas de poder da sociedade, os espaços na universidade, mesmo tendo consciência de que são espaços disputados, e sobre os quais cresci ouvindo que não eram espaços para mim. A possibilidade de participar da produção de conhecimento acadêmico enquanto pesquisadora é parte de uma luta e de um ganho que não perpassa apenas pelo meu currículo acadêmico e sim, que reflete na vida da comunidade de uma maneira geral. Me posicionar dentro do território como pesquisadora requer outras posturas, principalmente de ouvir, e isso eu faço desde a minha infância:

observar e ouvir. Reconhecemos que a oralidade, por si só, é um conhecimento desvalorizado em detrimento das formas escritas, portanto, buscamos documentar nossas experiências e fazer uso de termos científicos de maneira apropriada. Também ocupamos espaços formais de conhecimento como forma de reparação e resistência, para que um ou mais de nós fale por nós mesmos. Em tal perspectiva, justifica-se a minha inserção no Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais e a realização desta investigação, vinculada à linha de pesquisa: Sociedade e Cultura no Mundo Rural. Nesse contexto, reflito sobre as palavras de Bell Hooks (2019) para argumentar sobre a importância de trazer perspectivas críticas e emancipatórias para o campo educacional, especialmente considerando minha origem quilombola:

[...] É crucial que aqueles de nós que resistem e se rebelam, que sobrevivem e têm sucesso, falem aberta e honestamente sobre nossas vidas e a natureza de nossas lutas pessoais, os meios pelos quais resolvemos e reconciliamos contradições. Não é tarefa fácil. Nas instituições educacionais onde aprendemos a desenvolver e fortalecer nossas habilidades de escrita e análise, também aprendemos a pensar, escrever e falar de uma maneira que tira a atenção da experiência pessoal. Porém, se quisermos alcançar nosso povo e todas as pessoas, se quisermos permanecer conectados (especialmente aqueles de nós cujas origens familiares são pobres e de classe trabalhadora), devemos compreender que o relato da história pessoal de alguém fornece um exemplo significativo, uma forma de as pessoas se identificarem e se conectarem (Hooks, 2019, p. 166).

De acordo com a autora, o processo de assumir-se mulher negra, implica a autoria e a condição de se colocar como sujeito/a do processo. De assumir uma postura de compreender o conhecimento científico e usá-lo como instrumento de produção e análise do conhecimento cultural oral que dominamos.

Para além do ser pesquisadora, faço parte do conselho consultivo e deliberativo da Codecex. Também estou como primeira suplente do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, como representante das Comunidades Apanhadora de Flores Sempre-Vivas. Dentro do contexto da comunidade sou atuante na política nas esferas Municipal, Estadual e Federal, além de buscar projetos para geração de renda principalmente para as mulheres e jovens. Por fim, também sou mãe. O ser mãe, talvez seja a minha tarefa mais difícil, complicada e prazerosa de se fazer, embora eu sempre me pergunte se o Saulo e o João gostariam de ter uma mãe militante. Que não apenas está dentro do lar, fazendo o papel de cuidar. Como diz Araujo e Scalón (2005), o “cuidado” está associado as mulheres. Porém, as mulheres, vem a cada dia mais assumindo diversos

papeis e múltiplas identidades, estão inseridas a contextos diversos de representações, e está a cada dia mais fora dos lares. Isso é visível dentro de vários contextos da sociedade, principalmente das universidades.

Contudo, minha vivência como aluna na universidade quando cursei a minha graduação em Licenciatura em Educação do Campo, na área de Linguagens e Códigos, causou certo estranhamento por parte de alguns docentes. Isso se deve a situações em que, ao escolher atividades que priorizavam a participação em movimentos sociais, e ao priorizá-las, acabei enfrentando prejuízos acadêmicos. Nesse momento quando novamente retorno à Universidade, desta vez como aluna do mestrado em Estudos Rurais, vivencio questionamentos do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sobre a minha identidade, o meu pertencimento e enraizamento com o campo de pesquisa, que me faz ser vista como um risco. De acordo com a Pendência 4:

No item riscos [...] SOLICITA-SE RETIRAR A AFIRMAÇÃO, “Porém, o meu pertencimento ao território minimiza o risco, pois, a intenção da pesquisa é valorizar a cultura do quilombo. A maioria dos moradores me viram crescer e desenvolver liderança jovem na comunidade, liderança essa que encorajo os jovens a também exercerem seus papéis de pertencimento e direitos políticos quilombolas” PORQUE ESTE CEP ENTENDE QUE O PERTENCIMENTO DA PESQUISADORA AO LOCAL DA PESQUISA PODE AUMENTAR OS RISCOS AO PARTICIPANTE. (Parecer consubstanciado do CEP, número 6.671.674, de 27 de fevereiro de 2024).

Enquanto não fiz a adequação do termo de consentimento e do projeto na Plataforma Brasil, de acordo com o parecer do comitê, eu não fui autorizada a “entrar” no meu próprio território para pesquisar.

Ressignificar a identidade quilombola e apanhadora de flores como processo de pesquisa, implica retomar a memória ancestral que me permitiu sobreviver, viver e criar formas alternativas para além da violência patriarcal, de supremacia branca do estado, da sociedade e da academia. Por fim, no que tange à academia, ‘adequar’ ao CEP, acabou se tornando estratégia de luta, pois o que me importa é ocupar espaços de produção e divulgação do conhecimento, como por exemplo, poder partilhar no congresso de antropologia e todos os outros espaços que a minha voz possa chegar. Permanecer para mobilizar outras vozes capazes de mudar e contra colonizar o colonizado.

Um ponto que me leva a refletir sobre a universidade e a comunidade, vinculada a uma perspectiva decolonial e propõe a descolonização da linguagem e do pensamento, questionando o projeto moderno, eurocêntrico e ocidentalizante vivido nos últimos séculos (Santos, 2015). Antônio Bispo dos Santos, argumenta que a forma de pensar dos povos tradicionais e da intelectualidade acadêmica diverge, pois são construídas a partir de diferentes paradigmas. Bispo opta por trabalhar com os conceitos de colonização e contra-colonização para descrever os "processos de enfrentamento entre povos, raças e etnias em confronto direto no mesmo espaço físico geográfico" (Santos, 2015, p. 15).

Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra-colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra-colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios (Santos 2015, p. 47).

Como argumentado por Santos (2015), compreender a colonização e a contra colonização é pensar nos processos de invasão, expropriação entre outros, e também de resistência, da luta dos povos em defesa dos territórios, ou seja, pela defesa de poder ocupar os espaços. Embora eu tenha que adequar-me ao sistema e ser colonizada só de permanecer dentro desse sistema, acredito que ainda seja um ato de contra colonizar.

Isso porque escrever é um ato de insubmissão das mulheres negras, que assumem o protagonismo ao falar de si mesmas, fabular mundos e apresentar um "nós" compartilhado. A escrita feminina e empretecida sobre um coletivo tem o intuito de desmanchar a imagem do passado em que o corpo e a voz das mulheres negras eram dominados pelo controle escravocrata e patriarcal. As mulheres negras passam a tomar a palavra, apropriando-se do exercício da escrita e conferindo a ela novos sentidos, "sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais", como diz Evaristo (2020, p.30). Como também, afirma Conceição Evaristo a respeito da elaboração da sua dissertação de mestrado, este foi um momento no qual a escritora iniciou um processo "entre escrever-viver", "escrever-se-ver" e "escrever-se-vendo", culminando no termo "escrevivência".³ A origem dessa ideia vem de um fundamento histórico, que é o processo

³ Geledés. (2023, 21 de dezembro). Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira. Recuperado de [geledes.org.br]

da escravidão dos povos africanos. Segundo a autora, “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande, e sim para acordá-los de seus sonos injustos”. Pretendo expor que a “escrevivência” é de grande importância, pois me permite contar a minha própria história e ser a pesquisadora da minha herança cultural, dando voz às experiências, memórias e perspectivas do meu povo, a partir de um olhar de dentro do território.

A minha formação se deu na base da oralidade. As comunidades se valem desse processo para a transmissão do conhecimento, embora sejam sempre questionadas se de fato elas vão permanecer. E digo que sim, pois as crianças e os jovens estão sempre atentos às falas e aos ensinamentos, embora alguns sejam ressignificados para poder dar continuidade à ancestralidade. Assim também destaco nesse espaço de vivência o mais importante papel, a minha rede de apoio quanto ao ser mãe, e eu tenho muitas dentro do contexto que vivo. E são elas que me dão asas para ocupar os espaços que elas não pisaram ainda. Cuidando dos meus filhos amando-os quando estou e quando não estou no território.

Conclusão:

Para uma mulher quilombola é muito importante ocupar os diferentes espaços, seja na academia, na política, na associação comunitária, entre outros. Além de ser liderança, mãe e pesquisadora da minha própria cultura, busco compreender esses papéis ao mesmo tempo em que os vivo ativamente. Tenho consciência de que nós mulheres negras e de comunidades tradicionais devemos cada dia mais ocupar e compartilhar nossas experiências e vivências do coletivo. Pode-se, então, considerar a experiência da produção acadêmico-científica como um exercício de construção de alteridade, que organiza e expõe arduamente a realidade em que esses sujeitos estão inseridos. Isso permite um reconhecimento entre leitores e personagens, bem como uma reflexão sobre os aspectos sociopolíticos e históricos do que está sendo narrado. A minha segurança para seguir ocupando os espaços e contando eu mesma a minha história.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (org). Gênero, família e trabalho pago no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BRUCK, M. S. Profa. Eclea Bosi - Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. Dispositiva, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 196 - 199, nov. 2012. ISSN 2237-9967.

COSTA FILHO, Aderval & MENDES, Ana Beatriz Vianna. 2013. **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Belo Horizonte - MG: Superintendência de Comunicação Integrada/MPMG, (Material didático ou institucional - Cartilha). pp. 1-47.

DINIZ,G.L.;FILHO,AC.;MENDES,A.B.V.;SANTOS,A.F.M.;LOPES,C.R.G.;MAGALHÃES,F.F.;BRAGA,L.R.de O.; PEIXOTO, L.H.F.; ROCHA, M. T. Mapeamento dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica. Um breve relato sobre incursões no semiárido mineiro. **Interfaces – Revista de Extensão da UFMG**, [S.I.],v.3,n.1,p,2016.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.).Escrivivência:a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. 2015. Brasília. INCTI/UnB.p15.

VANSINA, J. A Tradição Oral e sua Metodologia. In: KI-ZERBO, J. (Org.) História Geral da África I: Metodologia e Pré-História da África. Brasília: UNESCO, p. 139-166, 2010.

WEIL, Simone. O Enraizamento. Belo Horizonte, Pré-Texto,2022.